



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 06.536.588/0001-89 DUNS®: 897070591
Razão Social: HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI
Nome Fantasia: HORIZONTE MOVEIS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 193028 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS/AM
Data Aplicação: 23/12/2009
Número do Processo: 0000794/2009-45
Descrição/Justificativa: A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO, SUBSTITUTA DA SUFRAMA NOUSO DE SUA COMPETÊNCIA, DECIDE APLICAR A EMPRESA ARLINDO M.ISHIKAWA-ME(HORIZONTE MÓVEIS), PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. O PRESENTE ATO SERÁ RE-GISTRADO NO SICAF-SISTEMA DE CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 257030 - DIST. SANIT. ESP. INDIGENA PARINTINS
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 21/06/2022 Prazo Final: 21/06/2024
Número do Processo: 25040.000203/2017 Número do Contrato: 15/2020
Descrição/Justificativa: Inexecução total do contrato n 15/2020. A empresa não entregou a mercadoria, deixando de cumprir sua obrigação com a Administração Pública.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
Motivo:	Comportamento inidôneo ou fraude fiscal		
UASG Sancionadora:	380006 - PROCURADORIA DA REPUBLICA/RR		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	06/04/2022	Prazo Final:	06/04/2024
Número do Processo:	1096/2017-11	Número do Contrato:	PREGÃO/RR - 07/2016
Descrição/Justificativa:	Administrativo. Recurso. Licitação. Pregão Eletrônico PR/RR nº 7/2016. Comportamento inidôneo. Violação do sigilo da proposta. Penalidade Administrativa tipificada no art. 7ª da Lei 10.520/2002. Impedimento de licitar e contratar com a União. Pelo provimento parcial. Redução do prazo para 2 anos. Princípio da proporcionalidade e razoabilidade.		